



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

ADRIANA VIDAL DOS SANTOS
MARIA APARECIDA VIDAL SANTOS

VIVÊNCIAS E PRÁTICAS NO POVOADO QUIXABA, PARIPIRANGA-BA:
conhecendo e difundindo os sistemas de garantia de direitos através de práticas e
experiência vivenciadas por pais, professores e alunos.

SÃO CRISTÓVÃO – SE
2015

**ADRIANA VIDAL DOS SANTOS
MARIA APARECIDA VIDAL SANTOS**

**VIVÊNCIAS E PRÁTICAS NO POVOADO QUIXABA, PARIPIRANGA-BA:
conhecendo e difundindo os sistemas de garantia de direitos através de práticas e
experiências vivenciadas por pais, professores e alunos.**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado em forma de Plano de
Intervenção em cumprimento a uma das
exigências para obtenção do título de
especialista no Curso de Especialização
em Direitos Infante-Juvenis no Ambiente
Escolar (Escola que Protege).**

**Eixo temático: Sistemas de garantias e
efetivação dos direitos infante-juvenis**

**Orientador: Msc. Robson Cosme de Jesus
Alves**

**Coorientadora: Profa. Dra. Denise Leal
Fontes Albano**

**SÃO CRISTÓVÃO -SE
2015**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Adriana Vidal,

VIVÊNCIAS E PRÁTICAS NO POVOADO QUIXABA, PARIPIRANGA-BA: conhecendo e difundindo os sistemas de garantia de direitos através de práticas e experiências vivenciadas por pais, professores e alunos/Adriana Vidal dos Santos, Maria Aparecida Vidal Santos. - 2015. 51f.

Orientador: Prof . MSc.. Robson Cosme de Jesus Alves.

Plano de Intervenção / Proposta Interventiva (lato sensu) – Universidade Federal de Sergipe / Centro Superior de Educação a Distância Eixo temático: Sistemas de garantias e efetivação dos direitos infanto-juvenis, 2015.

1. Vivências e práticas. 2. Sistemas de garantia de direitos. 3. Crianças e adolescentes. I. Alves, Robson Cosme de Jesus. II. VIVÊNCIAS E PRÁTICAS NO POVOADO QUIXABA, PARIPIRANGA-BA: conhecendo e difundindo os sistemas de garantia de direitos através de práticas e experiências vivenciadas por pais, professores e alunos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção do/a docente Adriana Vidal dos Santos e Maria Aparecida Vidal Santos, intitulado VIVÊNCIAS E PRÁTICAS NO POVOADO QUIXABA, PARIPIRANGA-BA: conhecendo e difundindo os sistemas de garantia de direitos através de práticas e experiências vivenciadas por pais, professores e alunos. Defendido e aprovado em 09 de dezembro de 2015 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof^a. Dr^a. Adriane Álvaro Damascena
(Examinador/a 1)

Prof^a. Dr^a. Denise Leal Fontes Albano
(Examinador/a 2)

Prof. MSc. Robson Cosme de Jesus Alves
(Orientador/a)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, sem o qual nada existiria, pelas tuas palavras todas as coisas foram criadas, por nos ter dado a liberdade de escolher os caminhos que desejamos trilhar.

Diante de todas as coisas que recebemos nada é tão gratificante quanto à capacidade de compreender o quão recompensador é a educação e o saber. E isso, devemos aos nossos pais, que de modo tão simples nos ensinaram que um homem de bem é formado pelos princípios e saberes que adquirem ao longo da vida.

Aos nossos irmãos Luciano e André, que tanto nos incentivaram a buscar o conhecimento, pois este é de grande estima e valor.

Aos nossos tutores Darlene Almada O. Soares e Washington dos Santos Oliveira, que com simplicidade acolheram as nossas dificuldades, e as nossas faltas, de maneira paciente contribuindo para que chegássemos ao final dessa jornada.

Aos nossos orientadores, Professor Robson Alves e Professora Denise Albano pela generosa disponibilidade em colaborar para o sucesso no nosso projeto, compartilhando os seus conhecimentos conosco, e principalmente a professora Denise que nos acolheu nos momentos decisivos da construção do trabalho. Muito obrigada!

A equipe responsável por esse curso, pois se trata de uma oportunidade ímpar, sobre uma temática tão atual e ao mesmo tempo tão polêmica, que nas discussões nos possibilitaram uma aprendizagem significativa.

As nossas colegas de curso, Charlene Pereira, Joelma Esteves e Paula Esteves Carvalho, pelas risadas, pela companhia nos encontros presenciais, enfim, por dividir e partilhar dos mesmos anseios.

RESUMO

Esse trabalho de intervenção, realizado na Escola Municipal Ruy Trindade, situada na comunidade Quixaba, Paripiranga-BA, através de práticas e experiências, aborda questões que envolvem o sistema de garantia direitos da criança e do adolescente, trazendo o um recorte do contexto histórico sobre a trajetória dos direitos humanos e da criança e do adolescente, além de conter o contexto social, cultural e econômico da localidade pesquisada. Para a realização da intervenção, o projeto passou por algumas etapas, que vão desde a observação à prática em si e análise dos dados. O projeto tem como objetivo central, levar ao conhecimento da população e promover uma sensibilização sobre esses direitos, discutindo também os deveres de cada cidadão. A pertinência do projeto não está tão somente em poder levar a comunidade noções sobre direitos e deveres, mas também em sensibilizá-la a ser mais atuante na reafirmação e concretização dos direitos de cidadania. O presente trabalho está dividido em três capítulos com subdivisões, sendo que o primeiro destinado a tratar sobre garantias dos direitos e deveres da criança e do adolescente; o segundo ao diagnóstico da realidade local e, o último à prática interventiva. Para a realização da etapa interventiva, foi sugerida a troca de papéis entre os membros da comunidade escolar (alunos, professores e pais), objetivando resultados mais expressivos e significativos; após as práticas, um roteiro de entrevista foi aplicado para a análise de dados e, conseqüentemente foram levantadas algumas ações de monitoramento para acompanhar a evolução da proposta, com o intuito de promover mudanças na realidade local, possibilitando um ambiente mais saudável para crianças e adolescentes, bem como para toda a comunidade.

Palavras-chaves: Direitos, deveres, cidadão, Sistema de Garantias de Direitos.

ABSTRACT

This intervention work, held at the Escola Municipal Ruy Trindade, located in Quixaba community Paripiranga-BA, through practice and experience, addresses issues surrounding the children's rights assurance system and adolescents bringing a clipping from the historical context on the trajectory of human rights and children and adolescents and contains the social context, cultural and economic development of the searched location. For performing surgery, the project went through some steps, ranging from observation to the practice itself and the data analysis. The project's main objective, to inform the population and promoting awareness of these rights, also discussing the duties of every citizen. The relevance of the project is not so only able to take the community notions of rights and duties, but also sensitize it active in the reaffirmation and implementation of citizenship rights. This paper is divided into three chapters with subdivisions, and the first place to deal on guarantees of the rights and duties of children and adolescents; the second to the diagnosis of local reality and the last to interventional practice. To perform the interventional step, it was suggested the exchange of roles between members of the school community (students, teachers and parents), aiming more expressive and significant results; after practices, an interview guide was used for data analysis and consequently they have been raised monitoring actions, in order to promote changes in local conditions, providing a healthier environment for children and adolescents, as well as for the whole community.

Key words: Rights, duties, citizen, Rights Guarantees System.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
SUMÁRIO.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
1 PROCESSO HISTÓRICO: SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS.....	11
1.1 Direitos Humanos.....	11
1.2 Direitos da Criança e do Adolescente.....	13
1.3 Rede de Proteção Integral.....	17
2 ESCOLA MUNICIPAL RUY TRINDADE: UM RECORTE SITUACIONAL DA REGIÃO..	21
2.1 A escola.....	22
2.2 O aluno.....	23
2.3 A família.....	26
2.4 O corpo docente.....	29
3 PAIS, PROFESSORES E ALUNOS: VIVÊNCIAS E PRÁTICAS.....	31
3.1 Caracterização do plano e intervenção.....	31
3.1.1 Justificativa da intervenção.....	31
3.1.2 Objetivos.....	32
3.2 Plano de ação.....	33
3.2.1 Vivências e práticas.....	34
3.2.2 Análise dos resultados.....	35
3.2.2.1 Os alunos.....	35
3.2.2.2 Os Professores.....	37
3.2.2.3 Os pais.....	39
3.3 Monitoramento e ações de melhorias contínuas.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
FOTOS.....	46
ANEXO I.....	47
ANEXO II.....	48
ANEXO III.....	49
ANEXO IV.....	50
APÊNDICE I.....	51

INTRODUÇÃO

Esse trabalho intitulado “VIVÊNCIAS E PRÁTICAS NO POVOADO QUIXABA, PARIPIRANGA-BA: conhecendo e difundindo os sistemas de garantia de direitos através de práticas e experiências vivenciadas por pais, professores e alunos” vêm a ser um projeto de intervenção com a finalidade de discutir os problemas que atingem a criança e o adolescente acerca dos direitos e dos deveres inerentes a qualquer cidadão e difundir propostas e posturas comprometidas com a concretização do sistema de garantias de direitos.

Tal trabalho tem como campo de abrangência a Escola Municipal Ruy Trindade, na comunidade Quixaba, localizada no interior do município de Paripiranga-Ba. A escolha da localidade deve-se ao fato de representar de forma próxima a realidade de várias comunidades do país, principalmente da região Nordeste, pois se trata de uma comunidade carente, em que os recursos naturais são escassos, que muitos dos direitos sociais fundamentais não chegam até a população, que há um alto índice de vulnerabilidade e risco familiar, que o sentido de “certo e errado” ainda não conta com um razoável consenso nessa comunidade.

Esse projeto de intervenção tem como objetivo geral promover um conhecimento mais qualificado sobre o ECA e difundir uma maior sensibilização da população local sobre os o sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente, assim como discutir os deveres que cada cidadão tem para com o outro e com a sociedade em geral.

Tem como objetivos específicos: analisar o comportamento das pessoas daquela localidade quanto aos relacionamentos, sejam eles familiares ou comunitários; descrever a situação de vida e realidade do grupo estudado; verificar as ausências do Estado no que se refere à efetivação de direitos e garantias ao público infante-juvenil; identificar as principais problemáticas que permeiam a comunidade escolar de tal localidade.

O presente estudo justifica-se, por tratar de uma temática tão relevante e ao mesmo tempo atual, pois há tempos se discute a garantia de direitos na sociedade. No entanto, o que se verifica na atualidade é uma ênfase maior no tocante aos direitos, esquecendo-se que para uma sociedade mais humana e igualitária, é necessário que todos compreendam também a importância dos deveres.

A temática tem uma grande relevância, pois a partir das observações da realidade da comunidade escolhida, percebeu-se que há um considerável desconhecimento no que se refere às percepções e noções sobre direitos e deveres, enfim, sobre o conhecimento da normativa voltada para a infância e adolescência no Brasil, afinal, toda sociedade é conduzida por um

conjunto de regras e normas que mantêm e determina razoável nível de ordem, estabilidade e pacificação social.

O projeto encontra a sua viabilidade, a partir do momento em que se entende a real necessidade de retirar os sujeitos da situação de deriva social e marginalidade, além de buscar retirar da situação de apatia e ignorância, levando-os a uma postura mais ativa e participativa na reafirmação e concretização dos direitos de cidadania.

A pesquisa foi construída a partir de um roteiro de observação disponibilizado pela equipe organizadora do curso (Escola que protege) no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a fim de construir um instrumento que auxiliasse a diagnosticar os eventuais problemas apresentados na comunidade local. Para a obtenção de algumas informações, dois profissionais da educação foram convidados a responder o roteiro de observação, sendo uma diretora e uma coordenadora pedagógica da escola, situada na referida comunidade.

Os principais conteúdos abordados nesse projeto de intervenção permeiam o campo do conhecimento jurídico acerca dos direitos e dos deveres do cidadão comum, e mais especificamente dos direitos e deveres da criança e do adolescente.

O presente trabalho foi dividido em três capítulos com subdivisões, sendo que o primeiro trata sobre o sistema de garantias dos direitos e deveres da criança e do adolescente; o segundo a abordagem é direcionada ao diagnóstico da realidade local e, por último e terceiro, refere-se à prática interventiva.

1 PROCESSO HISTÓRICO: Sistema de garantias de Direitos

1.1 Direitos humanos

Ao analisar a história da humanidade, é possível verificar o número considerável de violências, opressões e arbitrariedades diversas que marcam sua trajetória durante muitos anos, podendo ser destacadas as guerras, batalhas, discriminações, preconceitos, a falta de liberdade, etc.

A dizimação de povos constitui um dos marcos mais perversos da história da humanidade. Aqui no Brasil, povos também foram dizimados, após a “descoberta” de uma nova terra e de que os povos que habitavam esse solo eram selvagens. Com o intuito de desbravar riquezas e dominar territórios, os colonizadores subjugarão violentamente os nativos. Os indígenas que se opuseram a executar as ordens de povos estrangeiros, não tiveram as suas vidas e liberdade poupadas, assim os indígenas dessa terra, perderam sua autonomia e liberdade (opinião, comportamento, costumes, religião, etc.), foram escravizados, torturados, e, por fim, tiveram a sua população extremamente reduzida.

Depois desse período de colonização, aproximadamente quatro séculos depois, o mundo assistiu os horrores de duas guerras, nas quais seres humanos tiveram os seus direitos violados.

No Preâmbulo ao Estatuto das Nações Unidas, emanado depois da tragédia da Segunda Guerra Mundial, afirma-se que doravante deverão ser protegidos os direitos do homem fora e acima dos Estados particulares, “se se quer evitar que o homem seja obrigado, como última instância, a rebelar-se contra a tirania e a opressão”. Três anos depois, foi solenemente aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem, através da qual todos os homens da Terra, tornando-se idealmente sujeitos do direito internacional, adquiriram uma nova cidadania, a cidadania mundial, e, enquanto tais, tornaram-se potencialmente titulares do direito de exigir o respeito aos direitos fundamentais contra o seu próprio Estado (BOBBIO, 2004, p. 55).

A ONU (Organização das Nações Unidas) surge depois desse período sombrio da história da humanidade, e vem com o objetivo de manter a paz e garantir o respeito entre as nações, prezando pelos direitos do ser humano e levando em consideração o estado de paz, mesmo porque para a ONU, a paz se define como ausência de guerra.

Nesse episódio sombrio da história da humanidade, verifica-se nitidamente, que a princípio, não foi só o direito a vida e a liberdade que deixou de ser assegurado, mas uma série deles, pois os judeus não tinham a liberdade de serem eles mesmos.

Partindo do princípio de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, compreende-se que ainda está longe da humanidade alcançar esses ideais igualitários.

Os resultados da II Guerra Mundial, na verdade foram propulsores para o início de uma discussão em âmbito internacional em prol da defesa dos direitos do homem, uma luta que desde essa época até hoje, ainda continua, mas que mesmo assim pessoas e grupos diversos ainda são vítimas de diversos tipos de violências, opressões, discriminações, etc.

Nos contextos de discriminação, grupos específicos sofrem a marginalização de sua condição e também, não são vistos como sujeitos de direitos; crianças, mulheres, idosos, homossexuais, transexuais, são minorias que constantemente passam pelo crivo da injustiça e da intransigência humana. “Seja como for, podemos dizer, de modo geral, que os Direitos Humanos são direitos comuns a todos os seres humanos sem distinção de etnia, nacionalidade, sexo, classe social, religião, ideologia, nível de instrução, orientação sexual e julgamento moral”. (PASSOS e DAMASCENA, S/D, p. 4).

Portanto, falar em direitos humanos, não remete unicamente aos absurdos que acontecem em guerras sem propósitos; os Direitos Humanos exercem um papel relevante no que concerne aos aspectos da vida social do indivíduo, incluindo demais as principais instituições e grupos sociais, dentre eles, escola, família e igreja.

A Declaração dos Direitos Humanos sinaliza uma espécie de pacto de compromisso da comunidade internacional com a efetivação de direitos fundamentais a todas as pessoas, dando respaldo às reivindicações dos marginalizados, excitando a liberdade a todos os povos e nações, e tudo isso dentro de uma base legal. E o mais importante, comum a todos os indivíduos, sem fazer distinção de cor, sexo, religião, opção sexual, ideologia política, enfim, deixando todos numa mesma posição de igualdade.

No seu art. 1º, a Declaração dos Direitos Humanos, afirma que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”, e mesmo assim, ainda hoje, após sua publicação, o homem continua, escravizando, matando, discriminando, maltratando o seu semelhante, e o espírito de fraternidade às vezes só existe nos laços consanguíneos, e muitas das vezes, nem nessa situação.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a sociedade como um todo fora levada a repensar a condição do outro. Nessa mesma perspectiva, a criança e o adolescente passaram a ser vistas como sujeitos de direito.

Porém, para chegar a essa nova estrutura e dinâmica da proteção da infância e da adolescência baseada no princípio da proteção integral, houve um processo histórico de lutas que repercutiu na evolução da legislação. A criança e o adolescente passaram por caracterizações até se chegar à construção atual da sua identidade, mas isso não quer dizer que esses sujeitos não possuíam identidade, possuíam sim, o que não existia era o reconhecimento dela.

Houve uma superação da legislação voltada para a infância e adolescência vigente antes do quarto final do século XX, pois antes da CF de 1988 e da Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, eles eram vistos como meros “objetos” de proteção-tutela e só a partir do final do século passado é que passam a ser vistos como sujeitos de direitos, merecendo proteção integral, com prioridade absoluta.

Então, diante do exposto, surge um novo marco normativo protetor da criança e do adolescente, com leis específicas para assegurar esses direitos, levando em consideração a integralidade, a universalidade, a efetividade, a inalienabilidade da condição de sujeito de direitos desses indivíduos.

1.2 Direitos da criança e do adolescente

A criança e o adolescente, tanto no Brasil como no restante do mundo, tiveram um processo histórico marcado por violência, discriminação, preconceitos e de violação de direitos, e quem foi vítima dessa situação, sofre com o impacto que provocam na formação do sujeito e da sua personalidade.

Esses indivíduos são cidadãos que requerem cuidados especiais, e esses cuidados provém geralmente de terceiros, por isso é que se pode afirmar que crianças e adolescentes são sujeitos que necessitam de pessoas ou grupos sociais e/ou instituições para garantir que direitos sejam assegurados; direitos como alimentação, moradia digna, afeto, saúde e educação. Enfim, na perspectiva de proporcionar completo bem estar físico, mental e social.

No Brasil há pouco mais de 25 anos, a criança e o adolescente passaram a ser vistos como sujeito de direitos e isso foi formalmente reconhecido com vigência da Lei nº 8.069/90 em maio de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

É importante destacar que até se chegar ao Estatuto de Criança e do Adolescente, outras leis normatizavam a situação da criança e do adolescente na sociedade, ou seja, existia um sistema de regras e medidas judiciais para os sujeitos que apresentassem algum desvio de conduta ou que estivessem em situação de vulnerabilidade social ou econômica.

As crianças que apresentavam comportamento desviante eram submetidas a um sistema de punição e correção por meio de um processo de institucionalização. Elas eram retiradas do seu meio de convívio e dos laços familiares e colocadas em fundações que tinham como propósito maior colaborar para que as crianças e adolescentes marginalizados superasse a situação de vida em que se encontrava e fosse reintroduzido na sociedade.

É relevante destacar que nesse período da história (Brasil República), esse tipo de marginalização estava intimamente ligada à situação econômica, ou seja, os desfavorecidos economicamente sofriam as chancelas da lei, enquanto aqueles que pertenciam a famílias que tinham um bom poder aquisitivo eram vistos como dispensáveis de atenção/proteção do Estado. Assim,

Antes da vigência da Carta Magna, prevalecia no direito brasileiro a Doutrina da Situação Irregular, adotada desde 1926, em virtude da publicação do primeiro Código de Menores brasileiro, o Decreto nº 5.083 daquele mesmo ano. Desde então, os códigos seguintes – Decreto-lei nº 3.799, de 1941 (Código Mello Mattos) e Lei nº 6.697, de 1979 – mantiveram um direito do menor caracterizado pelo binômio carência-delinquência (BRASIL, 2015, p. 11).

Então, as crianças e os adolescentes que se encontravam em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica eram os que mais sofriam injustiças, punições, enfim, situações em completo e total desacordo com o que devem experimentar e viver na infância e na adolescência.

No decorrer da história, essa Doutrina da Situação Irregular moldou toda uma estrutura de controle da condição da criança e do adolescente, fosse ele abandonado ou infrator, em circunstância de disciplina, correção punição, castigo, enfim, retirando o indivíduo do convívio familiar e colocando-os em um ambiente nocivo.

Com a Constituição Federal de 1988, a realidade de crianças e adolescentes ganha outro olhar, numa perspectiva generosamente humana, respeitando direitos e concretizando outro paradigma, ou seja, possibilitando a mudança da situação social da criança e do adolescente.

Surge a Doutrina da Proteção Integral, que não diverge do ideário da Constituição Federal do Brasil de 1988, sendo que essa doutrina é contrária às ideias da Doutrina da Situação Irregular. Sendo o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, garantidos pela CF de 1988 em seu art. 227, constituindo dever do Estado, da família e da sociedade assegurar que a criança e o adolescente recebam esses cuidados

necessários à vida (BRASIL, 2012, p.128-129). Esse mesmo artigo ainda aponta para outro aspecto importante, o da proteção, pois também é dever livrar crianças e adolescentes de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Sabe-se que todas as formas de experiências vividas pelo sujeito, especialmente naquele período mais delicado e complexo de formação, refletem diretamente na constituição da personalidade e do caráter desses indivíduos, sejam essas vivências positivas ou negativas. Por isso que a Doutrina da Proteção Integral preza pelo fortalecimento do vínculo afetivo com a família e também com a permanência no meio social. Pois as dificuldades são mais fáceis de serem superadas quando há amor e afeto envolvidos, enquanto que a situação contrária só gera sentimento de raiva, revolta, ódio, culpa; transformados depois em comportamentos impróprios.

Acerca dessa ideia, da proteção integral, em 1990, como já fora mencionado anteriormente, a Lei nº 8.069/90 é sancionada o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (LEOPOLDO E ALVES, S/D, p. 77) entra em vigor promovendo uma série de benefícios para a criança e o adolescente. A partir daí crianças e adolescentes passam a serem reconhecidos como sujeitos de direitos.

Mediante essa nova condição pode-se verificar alguns artigos desta Lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que traduzem a necessidade do cuidado e da proteção integral desses sujeitos. De acordo com o Art. 2º do ECA, considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade incompletos. (BRASIL, 2015, p.17)

Então, todo indivíduo que não tenha 18 anos completos estão sob a tutela do ECA, conforme previsto na lei, e sob os cuidados da família e do Estado. Dentro do aspecto cuidado, a União, o Estado e o Município tem o dever de garantir os atendimentos necessários para a manutenção da integridade física do sujeito. Assim, de acordo com o art. 7º, A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (BRASIL, 2015, p. 18).

É importante salientar que todo indivíduo (criança, adolescente, mulher, adulto, idoso) tem direito às condições dignas de existência, e essas condições vão desde a assistência à saúde, à moradia, à alimentação e à educação.

Além desses direitos mencionados anteriormente, a criança e adolescente também têm direito à liberdade, eles podem e devem viver de forma livre, sem sofrer sanções ou serem

privados de viver em sociedade, liberdade de escolha, liberdade de opinião, direito de ir e vir. Assim, no art. 15:

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (BRASIL, 2015, p.20).

Além de serem sujeitos de direitos civis e sociais, crianças e adolescentes precisam estar inseridos no seio familiar, isso porque a família tem papel fundamental na formação da personalidade e no caráter do indivíduo, representando um local salutar para o seu desenvolvimento.

Somente em casos excepcionais, a criança e o adolescente podem ser retirados da sua casa e da tutela da família, ou seja, quando a convivência familiar põe em risco a integridade física, social e psicológica do sujeito, pois a criança e o adolescente necessitam de pessoas que garantam o seu desenvolvimento integral.

O Art. 19 do ECA aponta para quais condições insalubres é que essa situação se efetiva, caso contrário os outros órgãos responsáveis são acionados para garantir a segurança e a vida da criança e do adolescente e a permanência no seio familiar. Assim,

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (BRASIL, 2015, p.22).

A convivência familiar e comunitária é um direito humano ou fundamental de crianças e adolescentes, pois como já fora mencionado, constitui a base e também a referência do significado de afeto e vínculo cruciais em toda fase da vida do sujeito, mas na infância e na adolescência essa referência torna-se indispensável.

Essa manutenção da criança e do adolescente com a família e em comunidade é a principal diferença entre a Doutrina da Proteção Integral e a Doutrina da Situação Irregular. Antes a criança era retirada da família e da sociedade e colocada em internatos, orfanatos e em fundações, ou seja, a institucionalização era a regra em relação a crianças e adolescentes vulnerabilizados.

Portanto, a esse grupo são assegurados direitos especiais, ou seja, ao mesmo tempo em que deve ser protegido, precisa ser respeitado, por causa de sua condição de pessoa humana em desenvolvimento físico, social e psicológico. E para que todas as atribuições dadas à

família, ao Estado e à sociedade sejam cumpridas e estejam em conformidade com esse novo marco normativo, fora estruturado um sistema para garantir que todos os direitos fossem respeitados, surge então o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

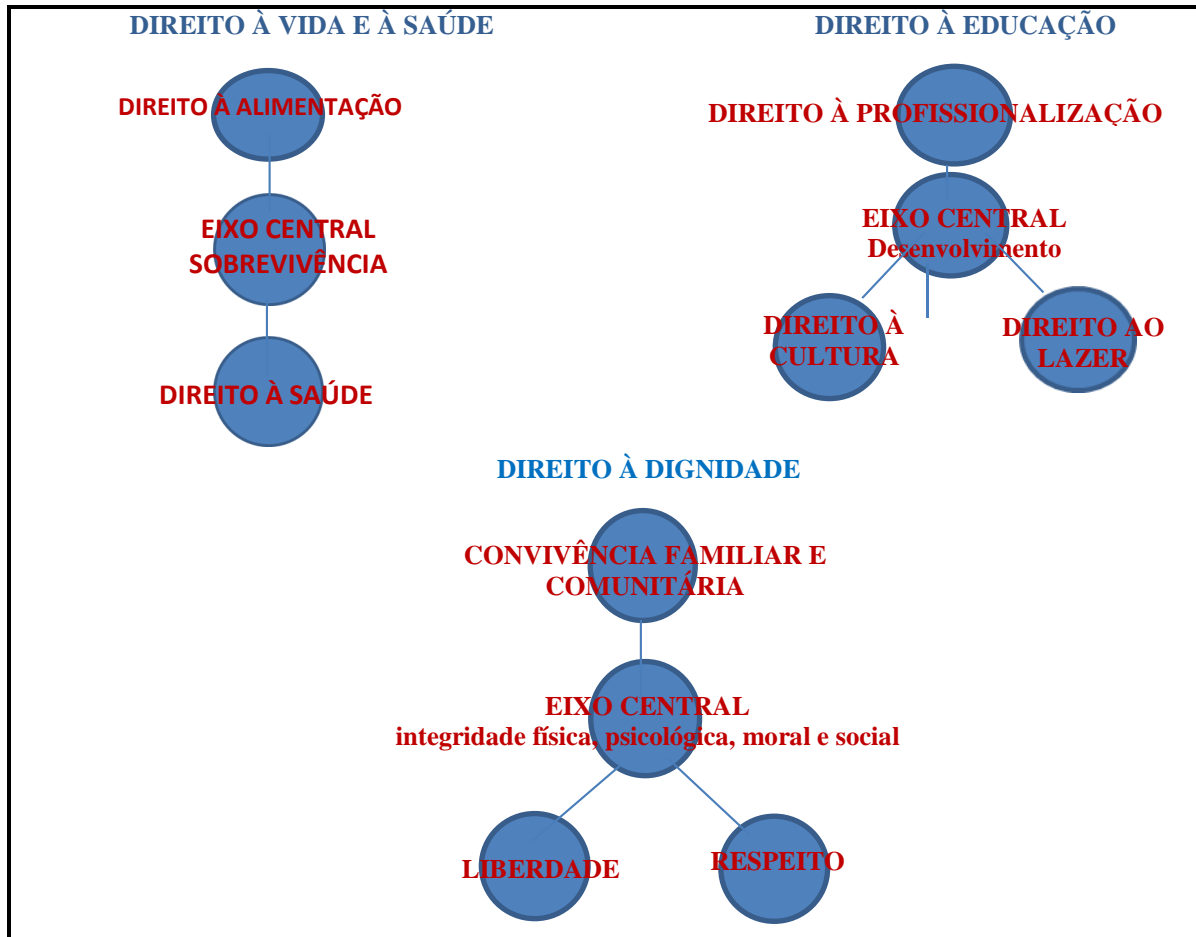
1.3 Rede da Proteção Integral

Para entender o papel das redes de proteção integral da criança e do adolescente, faz-se necessário compreender os eixos desse Sistema de Garantias de Direitos e do conjunto de responsáveis e de suas ações.

Primeiramente, é importante salientar quais os eixos desse sistema, que foram organizados num tripé: promoção, controle social e defesa. Cada um desses eixos estão ligados aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, que são: Direito à vida e à Saúde (direito à alimentação, e à saúde), Direito à educação (Direito à profissionalização, direito à cultura, direito ao lazer), Direito à dignidade (Convivência familiar e comunitária, liberdade, respeito).

De acordo com o quadro abaixo, esses direitos estão intimamente ligados e/ou relacionados com os princípios da Proteção Integral da criança e do adolescente.

QUADRO 1- Direitos fundamentais da criança e do adolescente



Fonte: LEOPOLDO, D. L. A.; ALVES, R. C. de J. Marco Legal e Institucional da proteção da criança e do adolescente: princípios informadores e eixos estruturantes, S/D.

Mas não bastou criar as leis, foi necessário articular mecanismos para que esse sistema fosse legítimo e eficaz. Assim, foi estabelecido um conjunto de órgãos e setores articulados da sociedade para proteger, manter e fiscalizar os direitos da criança e do adolescente.

Entre esses órgãos e entidades que agem em cooperação podem ser destacados: os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselhos Tutelares; Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente; Varas da Infância e da Juventude; Promotorias da Infância e Juventude; Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA); Fóruns dos Direitos da Criança e do Adolescente (DCA); Centros de Defesa; Defensoria Pública; Secretarias de governo estaduais e municipais executoras de políticas públicas; Organizações não governamentais (ONG's) e a escola (LEOPOLDO e ALVES, S/D, p. 100-102).

É importante lembrar que a defesa de crianças e adolescentes é dever de toda sociedade civil e do Estado, e isso pode ser verificado no ECA, no Art. 70, que afirma ser dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 2015, p. 41).

Nessa perspectiva da responsabilidade compartilhada no que concerne à proteção integral, cada uma dessas instituições e órgãos mencionados anteriormente tem funções específicas, no campo da promoção, do controle social, da proteção e da defesa.

Quadro 2 - Promoção

ATORES	ATRIBUIÇÕES	RESULTADOS
Conselhos Setoriais (Educação, Saúde, Segurança, etc)	Deliberar - Controlar	Políticas Sociais Básicas com vistas à Universalização dos direitos
Conselho de Assistência Social	Deliberar - Controlar	Políticas de Seguridade Social para crianças/adolescentes e suas famílias
Entidades de Atendimento Governamentais	Formular - Deliberar	Políticas Sociais Básicas - Políticas de Atendimento - Plano de Garantia de Direitos
Entidade de Atendimento Governamentais	Implementar - Executar	Políticas Públicas
Entidade de Atendimento Não - Governamental	Implementar - Executar	Políticas de Atendimento - Plano de Garantia de Direitos - Programas - Abandonados, Desaparecidos, Infratores

Fonte: Atores, papéis e atribuições na Rede de Proteção Integral e no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do(a) Adolescente no Brasil, S/D.

Quadro 3 – Controle social

ATORES	ATRIBUIÇÕES	RESULTADOS
Organização da Sociedade Civil	Reforço e criação de mecanismos de controle e fiscalização	Alianças estratégicas
Fóruns de Defesa da Criança e do Adolescente	Atuar na retaguarda dos Conselheiros Propor e deliberar sobre o incremento do sistema	Novas iniciativas Parcerias e articulação de ações
Organizações Não – Governamentais	Contribuir na formação de Agentes Sociais	Defesas de direitos Mobilização Social
Redes	Oferecer subsídios para Políticas Públicas	Pesquisas e estudos Divulgação

Fonte: Atores, papéis e atribuições na Rede de Proteção Integral e no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do(a) Adolescente no Brasil, S/D.

Quadro 4 - Proteção/defesa

ÓRGÃOS DA SOCIEDADE CIVIL	MEDIDAS
Advocacia Popular	Administrativas e Jurídicas
Centros de Defesa	Administrativas, Jurídicas, Político-Sociais
Entidades Sociais	Administrativas, Político-Sociais

Fonte: Atores, papéis e atribuições na Rede de Proteção Integral e no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do(a) Adolescente no Brasil, S/D.

Quadro 5 - Proteção/defesa

ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	MEDIDAS
Secretaria de Segurança	Administrativas
Poder Judiciário	Judiciais
Defensoria Pública	Administrativas, Jurídicas
Ministério Público	Administrativas, Jurídicas
Conselho Tutelar	Administrativas, Jurídicas, Político-Sociais

Fonte: Atores, papéis e atribuições na Rede de Proteção Integral e no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do(a) Adolescente no Brasil, S/D.

A partir da análise dos quadros acima, é possível afirmar que cada um tem as suas especificidades, porém o trabalho é articulado e de maneira coletiva e cada um deve cumprir a sua função dentro do sistema. Sendo que cada um dos atores são responsáveis para aplicar ou viabilizar a aplicação adequada das medidas protetivas e socioeducativas destinadas a crianças e adolescentes.

De acordo com o exposto acima, fica claro que o trabalho da rede de Proteção Integral está estritamente ligado ao respeito à condição peculiar da criança e do adolescente, principalmente daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

2 ESCOLA MUNICIPAL RUY TRINDADE: um recorte situacional da região

A partir da descrição acima, que retrata a realidade histórica da criança e do adolescente no mundo e no Brasil, no que se refere ao Sistema de Garantia de direitos, pôde ser construído um diagnóstico da Escola Municipal Ruy Trindade, onde foi realizada a proposta interventiva.

Para melhor compreensão da realidade a ser estudada, algumas informações são imprescindíveis, desde a descrição da localidade da escola, do espaço físico escolar, e dos aspectos humanos (aluno, família, corpo diretivo, docentes).

A descrição (física e de funcionamento) desse ambiente escolar e dessa comunidade permite compreender os fatores que levam, tanto alunos como pais de alunos a terem um comportamento diferenciado na região. Não é possível entender o que se passa se não é feita uma análise criteriosa dos fatores circundantes.

Em termos percentuais, as escolas do campo representavam 50,2% de todas as escolas de educação básica do país, em 2002; em 2010, ficaram em 39,7%. A maior parte das escolas fechadas nesse período estava na Região Nordeste: 55,4% do total, o que corresponde a 15.358 estabelecimentos. Esse dado é preocupante porque a região tem a maior população rural do Brasil e apresenta alguns dos piores indicadores educacionais do país (UNICEF, 2013, p. 14).

Diante desses números expressivos, e falando em escola do campo, sendo a realidade acima citada, é importante conceituar como se dá de fato uma educação no campo de acordo com os parâmetros estipulados pelo Ministério da educação, sendo assim:

A Educação do Campo precisa levar em consideração uma série de aspectos do mundo rural que influenciam, de forma determinante, a vida da sociedade camponesa, entre eles destacam-se: o sentido de tempo, que possui peculiaridades próprias para os moradores do campo, absolutamente diferentes dos da população urbana, pois dão sinais e indicam momentos mais ou menos adequados às tarefas do trabalho na agricultura, pecuária ou extrativismo; a sazonalidade, que se refere ao que é próprio de uma estação ou época do ano, e que se apresenta de forma periódica; a migração, como o sentido de mudanças de locais de residência em busca de melhores situações de vida e sobrevivência, dentro ou fora do campo; e, finalmente, as marchas, típicas dos movimentos sociais do campo, que sinalizam para momentos de parada da rotina da vida camponesa, tendo em vista mobilizações de caráter nacional ou local, que objetivam estabelecer pressões no sentido de garantia ou conquista de direitos junto às autoridades do Estado ou junto às entidades privadas. Cada uma dessas características é própria do campo e a educação para esse grupo social precisa compreender e se adaptar a essas contingências (BRASÍLIA, 2006, p. 24).

Assim, escola (professores e demais funcionários), alunos, pais de alunos devem vivenciar uma realidade escolar que seja conveniente com a realidade social local, levando em

consideração os aspectos e condições geográficas, climáticas e econômicas que atingem a região.

É importante ressaltar que de acordo com o diagnóstico da referida escola, ficou evidente que o calendário escolar, não está em acordo com as necessidades da realidade local, ou seja, segue ao calendário escolar convencional.

2.1 A escola

A Escola Municipal Ruy Trindade fica situada em uma comunidade carente, denominada Povoado Quixaba, no município de Paripiranga-Ba. O clima dessa região é quente, a vegetação predominante é a caatinga, no entanto, é pertinente informar que a comunidade fica próxima à bacia hidrográfica do rio Vaza Barris – que de certo modo, contribui para aumentar a renda de algumas famílias que se dedicam à pecuária e a pesca (PPP, 2010, p. 5).

A população local é pequena, mas esparsa, as casas ficam distantes da escola, dificultando o acesso dos estudantes à unidade escolar. “A Escola Municipal Ruy trindade, situada no Povoado Quixaba, município de Paripiranga-Bahia, atende a uma clientela de aproximadamente 180 alunos da Educação Infantil e do Ensino fundamental I e II” (PPP, 2010, p. 6). Corroborando com as informações contidas no Projeto Político pedagógico da escola, dados do IPEA afirmam que “Outro problema enfrentado pelos alunos que vivem no campo é a dificuldade de acesso às escolas, que tem se agravado com a diminuição do número de estabelecimentos rurais” (2015, p. 15).

No que concerne ao próprio espaço físico da escola, ela conta com apenas cinco salas de aula, uma sala dos professores, uma cozinha, uma diretoria/secretaria, dois banheiros, um pequeno almoxarifado e, agora conta com o término de uma quadra esportiva, juntamente com acréscimo de mais banheiros, sendo dois deles devidamente adaptados para pessoas com deficiências físicas (masculino e um feminino) e, mais dois vestiários (um masculino e um feminino). (PPP, 2010, p. 11)

Sobre os recursos humanos da escola, ela conta com um quadro de funcionários distribuídos em: equipe diretiva (um diretor, um vice-diretor, um coordenador pedagógico e um secretário); equipe docente, composta por onze professores, sendo que desses, alguns ainda não possuem nível superior, num total de quatro – dos que possuem nível superior, um é bacharel em psicologia –; a equipe de apoio é composta por dois serventes e duas cozinheiras. (PPP, 2010, p. 12)

Enquanto garantia de direitos fundamentais da criança e do adolescente, um dos eixos constitui-se no direito à educação. Todo cidadão deve ter acesso à educação de qualidade, que preze pela aprendizagem, e que esta aprendizagem lhe garanta a profissionalização, o desenvolvimento social e pessoal, bem como, possibilite o acesso à cultura e ao lazer.

Entretanto, na escola pesquisada, há um déficit no que concerne aos recursos materiais. Assim, os alunos só têm à sua disposição os recursos mais básicos, como livros didáticos e alguns paradidáticos, jogos educativos, uma TV, um DVD, um Microsystem, uma caixa de som; em contrapartida, há uma carência de recursos tecnológicos, como computadores, acesso à internet, impressora, Datashow. Também há a falta de locais apropriados para algumas práticas educativas, tais como laboratório de informática, biblioteca, sala multimídia, brinquedoteca, espaços para o lazer (parquinhos, refeitório, etc.).

Vale destacar que não é somente a oferta da educação que implica na garantia de direitos, mas sim uma educação que atenda a padrões mínimos de qualidade.

Muitas reformas foram realizadas no âmbito educacional, algumas dessas reformas priorizaram a autonomia, a descentralização do poder e a democratização dentro do contexto escolar. Porém, essa não é uma realidade da escola, na qual a escolha é determinada politicamente, ou seja, pelo gestor municipal.

Apesar da direção escolar da Comunidade Quixaba não pertencer ao quadro de professores da rede municipal, esta tem feito um ótimo trabalho, não só na escola, mas em seus arredores. Sua gestão não tem caráter autoritário nem tão pouco centralizador do poder, as decisões são tomadas com todos os que fazem a comunidade escolar, inclusive os pais são ouvidos em reuniões que acontecem periodicamente.

2.2 O aluno

Como descrição do cenário em que vivem esses alunos e essa comunidade, é possível começar pelos aspectos econômicos. É interessante perceber que a comunidade está situada em um perímetro que a seca afeta de modo direto, pois é carente de recursos naturais, e, mesmo assim, ainda tem como base a agricultura para a sobrevivência das famílias. Por esse motivo, as famílias não possuem um poder aquisitivo que seja suficiente para uma condição digna de sobrevivência, ou seja, “a comunidade escolar é afetada pela crise global: pais desempregados, baixo poder aquisitivo, agricultores prejudicados por anos consecutivos de secas” (PPP, 2010, p. 3).

As crianças e os adolescentes mais atingidos pela exclusão escolar são os que moram no campo, os negros, os indígenas, os pobres, os sob risco de violência e exploração, e os com deficiência, o que indica que as desigualdades ainda existentes na sociedade brasileira impactam diretamente o sistema educacional do país (UNICEF, 2013, p. 7)

Outra fonte de renda da comunidade vale lembrar, advém dos programas governamentais de transferência de renda, como o Bolsa Família. Além desse, também a comunidade é beneficiada com o Programa Nacional de Sementes¹.

Mesmo recebendo apoio governamental, ou seja, sendo beneficiada com programas, a população ainda enfrenta muitos problemas, exigindo que as famílias coloquem seus filhos pequenos para trabalharem, conseqüentemente aumentando a renda familiar.

Em meio a tantas dificuldades, as crianças têm a sua infância roubada; o trabalho, desde cedo faz parte de suas vidas, praticamente negando-lhe o acesso às brincadeiras, próprias da fase, o direito de descansar, enfim, são crianças sujeitas a longas horas de trabalho, tendo que acordar cedo para ajudar seus pais, seja nos afazeres domésticos, ou na agropecuária de subsistência.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a criança e o adolescente têm direito ao lazer, a boa alimentação, a educação, a moradia, ao convívio com os familiares e comunidade. Isso implica que o adolescente não deve ter atribuições que comprometam os estudos e o lazer; cada coisa a tempo. A garantia é percebida na CF, no entanto, na prática está um pouco distante de ser efetivada. É interessante notar, que esses adolescentes não possuem um amparo da própria família, e acabam se tornando vítimas dentro de seus próprios lares.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também corrobora com a Constituição Federal de 1988, do país, enfatizando sob quais alegações o adolescente deve ter os seus direitos assistidos. Portanto, garantir o direito, implica também à oferta de condições para que realmente esses direitos sejam cumpridos. Em seu Art. 53, o ECA preconiza que:

Desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II – direito de ser respeitado por seus educadores;
III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

¹ Os ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, lançaram, nesta sexta-feira (6), o Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Brasília. O programa amplia o acesso dos agricultores familiares a sementes e mudas de reconhecida qualidade e adaptadas a cada região (In: <http://mds.gov.br>).

- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (2015, p. 38).

A Constituição assegura esses direitos, no entanto, ainda há uma falta de efetivação, sejam devido as necessidades reais de cada família, que colocam os seus filhos para trabalharem muito cedo; seja pela de fiscalização dos órgãos competentes (Conselho Tutelar, Ministério público, etc.). Desse modo, as crianças ficam privadas de brincar e têm os seu tempo de estudo reduzido devido as atividades que lhes são incumbidas pelos seus pais ou responsáveis.

Embora não sejam atividades mutuamente excludentes, o trabalho e a aprendizagem escolar, caso estejam agindo simultaneamente, tendem a provocar perdas futuras para ambas as atividades (aprendizado e capacidade produtiva do trabalhador), além de limitar as oportunidades de emprego a postos que não exigem qualificação e que dão baixa remuneração (Monte, 2008, p. 626).

Com a noção de que trabalhar é “melhor” e estudar implica em uma série de problemas difíceis de serem resolvidos, a criança e o adolescente, começam a adiar os estudos e, quando começam a frequentar o ambiente escolar, encaram o processo educacional como algo banal, sem relevância para a vida adulta. Esse comportamento só demonstra o tamanho dos prejuízos causados pela falta de garantia de direitos, que acabam não os permitindo vivenciar cada uma das etapas da vida em tempo devidamente adequado.

Em virtude de tantos problemas, tem-se como consequência a distorção idade/série constituindo uma das dificuldades dessa comunidade escolar. A preocupação está voltada para todas as turmas que apresentam esse quadro de distorção, o que de certo modo atrapalha a harmonia das salas de aula, pois as contextualizações dos conteúdos já não são tão significativas para quem têm uma idade bastante avançada e que frequenta ainda as primeiras séries iniciais do Ensino Fundamental. Assim,

Um dos principais fatores de risco para a permanência das crianças na escola é o baixo desempenho escolar, que se traduz em repetência e, por consequência, em elevadas taxas de distorção idade-série. Segundo artigo publicado pelo Ipea em 2010, há uma estreita ligação entre a repetência e a evasão escolar, porque a dificuldade em progredir nos estudos acaba por fazer os alunos acreditarem que não têm futuro na escola (UNICEF, 2013, p. 7).

Ainda nesse contexto, essa distorção interfere no desenvolvimento dos mais novos, uma vez que a idade maturacional e a cronológica não são correspondentes aos demais, ou

seja, o despertar para situações que só ocorreriam em fases posteriores são antecipadas pela convivência.

Por ser uma comunidade pequena, com uma baixa densidade demográfica, a maioria dos alunos mora em localidades/fazendas distantes da escola, o que dificulta o acesso, isso porque nem todos os alunos têm transporte escolar disponível. No inverno e no período de cheias do rio, alguns alunos fazem a travessia por não ter transporte adequado para chegarem à escola.

Pode-se destacar como fatores desse esvaziamento das salas de aula a falta de interesse pelos estudos que assola a comunidade; o grande número de meninas e meninos que desistem de estudar para assumir um casamento sem planejamento; a falta de orientação e acompanhamento da família nas atividades escolares; a necessidade de trabalhar para auxiliar nas despesas da casa, a falta de credibilidade nos propósitos educacionais e da sua eficiência enquanto meio de alcançar uma melhoria de vida significativa – no campo pessoal e profissional – para ajudar nas despesas das famílias. Esses são apenas alguns dos fatores, além de outros que são culturais e característicos da localidade.

Desse modo, as crianças, adolescentes e jovens não conseguem encontrar nos estudos um significado palpável para as suas vidas. A partir dessa observação, compreende-se que há dificuldades que precisam ser sanadas, e entender quais são as falhas/lacunas mais profundas existentes no cenário educacional da região, ou até mesmo os motivos culturais que levam a esse repúdio pelo conhecimento e pela escola, tornando esses jovens em pessoas amarguradas, resistentes a entenderem que diante de uma sociedade todos têm direitos e deveres.

2.3 A família

O segmento da educação infantil, na Escola Municipal Ruy Trindade, cresce a cada ano, devido à necessidade de inserir cada vez mais cedo a criança no meio escolar e também aos programas de transferências de renda do Governo Federal.

Além disso, o aumento nas matrículas da educação infantil também se deve ao fato de que os pais trabalham o dia inteiro para sustentarem as suas famílias, portanto, sendo necessário que essas crianças fiquem em local seguro recebendo os cuidados necessários.

Embora os pais encontrem no ambiente escolar um local seguro para deixar os seus filhos, isso não implica uma participação ativa na vida dessas crianças, ou seja, ainda há uma falta de compreensão e participação dos pais no início da vida escolar de seus filhos, seja devido à falta de interesse – devido a baixo grau de escolaridade – ou por comodismo.

Na infância, é muito importante que família se comprometa a acompanhar a criança, e que as mantenham no ambiente escolar enquanto estiver sob sua responsabilidade legal, além de dar subsídio para que ela possa ir se desenvolvendo e criando noções basilares para a formação de um cidadão provido de direitos e deveres. Sem a presença desses laços afetivos/consanguíneos, incorre um prejuízo quanto à compreensão do que seja manter boas relações no meio em que vive, passando a desconsiderar princípios tão importantes para as relações humanas, como o respeito mútuo, a liberdade, a diversidade, enfim, entender e aceitar o outro, noções de alteridade.

Assim,

Os alunos apresentam muitas dificuldades no que se refere a um acompanhamento da família refletindo a expressão oral e escrita, como também na questão da leitura do seu próprio mundo. A evasão também é um problema constante em todos os anos, pois geralmente nos períodos de plantio e colheita, alguns alunos perdem aula com frequência e não retornam mais (PPP, 2010, p. 6).

O incentivo da família é essencial para a vida social e escolar da criança. Mas não é só a família que é responsável pela formação do cidadão; os poderes públicos, a comunidade escolar e demais representações de papéis sociais também são colaboradores coadjuvantes; principalmente na comunidade pesquisada, devido aos fatores socioeconômicos supracitados.

Entre os direitos e os deveres, pode-se destacar a importância do papel da família, uma vez que esse vínculo exerce uma função crucial na formação do caráter na fase da infância. Sabendo que isso se firma pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) constitui-se em um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Os alunos apresentam muitas dificuldades no que se refere a um acompanhamento da família refletindo a expressão oral e escrita, como também na questão da leitura do seu próprio mundo. A evasão também é um problema constante em todos os anos, pois geralmente nos períodos de plantio e colheita, alguns alunos perdem aula com frequência e não retornam mais (PPP, 2010, p. 6).

Sendo a família o ponto de referência, o sustentáculo, a base para a formação dos sujeitos, outro dado relevante acerca das características marcantes da comunidade é o alto índice de analfabetismo da população adulta, ou seja, os pais não possuem escolaridade, e por essa condição dificultar o acesso à informação e comprometer a capacidade de análise e de crítica, não conseguem vislumbrar nos estudos uma perspectiva de futuro. Desse modo, não dão o suporte e acompanhamento necessário para que os filhos percebam a importância da educação.

Uma das principais causas para que os esses pais não tenham escolaridade, é exatamente o contexto socioeconômico e geográfico em que estão inseridas. Isso reflete diretamente no comportamento de cada um deles mediante os seus filhos, ou seja, não tiveram a oportunidade de estudar, deixaram tudo para trabalharem e manterem os seus lares.

Dessa maneira, o trabalho, para essas famílias é mais importante que os estudos. O resultado dessa premissa é que em boa parte do período de plantio e de colheita os pais retiram os filhos das salas de aula para poderem ajudar nas despesas da casa.

Essa realidade não é específica das famílias da comunidade Quixaba. O percentual de alunos fora do ambiente escolar no país, ainda é um dado preocupante; isso vem em decorrência de um contexto histórico e da situação econômica do país. O Brasil é um país em que as diferenças sociais e econômicas são gritantes, diferenças essas que trazem consequências negativas, podendo ser citado

O alto percentual de adolescentes fora da escola nas camadas mais pobres da população pode indicar que esse grupo sofre maior pressão para trabalhar e ajudar na renda da família e, com isso, acaba mais exposto ao risco de abandonar os estudos. Um indicador disso, segundo o IBGE, é a menor taxa de escolarização das pessoas de 10 anos de idade ou mais que trabalham – embora o trabalho seja proibido no Brasil antes dos 16 anos de idade (UNICEF, 2013, p. 9).

É relevante citar que um dos motivos pelos quais os pais enviam os seus filhos para a escola é a merenda escolar, como já fora mencionado, as poucas condições financeiras da população, diverge de um dos direitos do ser humano, que o direito à vida e à saúde, sendo o direito à alimentação, essencial à sobrevivência.

A não garantia desse direito, afeta diretamente no desenvolvimento da aprendizagem das crianças e adolescentes durante a vida escolar. Ou seja, uma criança não nutrida corretamente, tem a sua capacidade de concentração reduzida. Esse prejuízo da aprendizagem pode ser observado nas notas e conseqüentemente na quantidade de alunos matriculados, que apresentam uma distorção idade-série, problema esse, antes já mencionado.

A realidade familiar das crianças e adolescentes, da comunidade Quixaba, é caracterizada pela ausência de atenção, de oferta de condições dignas e principalmente de afeto. Não é possível desenvolver plenamente em um ambiente conturbado, em que muitas vezes a exploração e a violências são corriqueiras. De acordo com o ECA, a criança deve crescer de modo pleno e harmonioso em meio ao seio familiar, sendo proporcionado a ela um ambiente de felicidade, amor e compreensão. (2015, p. 185).

Portanto, a família é parte basilar na formação da personalidade de qualquer sujeito, é ela que insere os sujeitos no convívio social, é ela que proporciona a inserção do indivíduo na escola, que dá suporte e amparo para crianças e adolescentes e, portanto,, não se pode negar que a sua contribuição para a escola é fundamental. É necessário que a escola em parceria com a família possa contribuir para um futuro melhor das crianças e dos adolescentes.

2.4 O corpo docente

É notório ressaltar que a formação de uma pessoa perpassa pelo processo educacional institucionalizado e, que esse tem papel fundamental na formação humana de qualquer pessoa. Não é possível que o ambiente escolar tenha um papel exíguo ao que acontece em torno das crianças e adolescentes.

Como instituição partícipe na vida comunidade, a Escola Ruy Trindade não é indiferente à realidade de seus educandos e familiares, bem como, procura uma relação de parceria para que integridade e os direitos de todos sejam efetivados.

Através das relações estabelecidas com os familiares de alunos, é que a escola pôde vislumbrar algumas razões plausíveis para o comportamento das crianças e adolescentes. Questões como a permanência forçada do aluno na escola, devido a benefícios concedidos, famílias desestruturadas, mães em situação de promiscuidade, pais e/ou irmãos envolvidos em furtos, violência doméstica, etc.

A realidade das crianças e adolescentes da comunidade Quixaba, não difere muito de outras realidades encontradas pelo interior do Brasil: são carentes (econômica e afetivamente), não têm moradia digna, pouco acesso à saúde, sistema de segurança precário. Enfim, com o propósito de não fugir à responsabilidade, a escola abre espaços de conversas informais com os próprios alunos e com pais e familiares; aconselhando a terem condutas mais condignas para a integridade humana.

No entanto, percebe-se que a realidade está arraigada de ausências dos vários segmentos sociais, e como reflexo de tais situações, têm-se no âmbito escolar, crianças e adolescentes com falta de atenção nas explicações e atividades propostas pelos professores, o fraco desempenho nas avaliações classificatórias, o não cumprimento das atividades em sala, bem como as atividades propostas para serem feitas em casa entre outros trabalhos, enfim, déficit na aprendizagem; Assim, não são incomuns as situações de indisciplina e desrespeito com os professores e colegas de sala, alunos arredios e carentes de afeto, com dificuldades, indiferentes a situações que envolvam normas e regras que regem toda e qualquer sociedade.

O papel do professor é observar como anda o comportamento dos alunos em sala de aula, como está o desenvolvimento da aprendizagem e como está a frequência desses alunos. O docente é capaz de perceber as fragilidades dos alunos, bem como, observar as alterações de humor, como irritabilidade, agressividade, entre outros aspectos.

O que se pode observar é que, tanto professor, quanto o aluno precisam de um ambiente propício para o desenvolvimento da aprendizagem, desse modo construindo e dispondo de um ambiente de respeito e cooperação recíprocos. “Por fim, é direito dos alunos e dos professores das redes públicas ter na escola um ambiente saudável e bem cuidado. Esse é um dos primeiros fatores de combate à desigualdade social” (UNICEF, 2013, p. 40-41).

Portanto, os problemas que atingem essa comunidade, abrangem vários fatores e, é neste cenário que são necessárias ações que possam promover a garantia dos direitos integralmente a crianças e adolescentes no processo educacional e no exercício da cidadania, levando em consideração os direitos assegurados por lei para os indivíduos.

Diante do exposto, é notório que o comportamento dos alunos reflete muito do que eles vivenciam no seio familiar e na comunidade.

Desse modo, o professor é parte responsável pelo processo educacional, é responsável também em buscar preservar a harmonia da sala, bem como, passar para seus alunos noções que são importantes para uma boa convivência na sociedade, explicando que para ser um cidadão é necessário que se compreenda a noção de direitos e deveres, ou seja, é papel do professor fomentar nos alunos o desejo de comportamentos mais civilizatórios.

3 PAIS, PROFESSORES E ALUNOS: vivências e práticas

3.1 Caracterização do plano de intervenção

Diante do diagnóstico situacional da Escola Municipal Ruy Trindade, percebeu-se que uma das problemáticas da realidade local, é a falta de compreensão do que sejam direitos e deveres do cidadão. Outros problemas – não menos graves – também foram observados, no entanto, um dos mais preocupantes e que despertou nosso interesse para a realização desse projeto foi exatamente essa falta de percepção.

O que pode ser entendido é que, boa parte dos problemas é advinda de uma falta de estruturação familiar, e isso traz reflexos para as vidas dessas crianças e adolescentes nos demais espaços em que interagem na sociedade. No ambiente escolar, têm-se alunos que não conseguem compreender os limites da liberdade individual que compreende uma correspondente responsabilidade das ações, ou seja, que para cada direito, também há um dever.

Embora alguns autores não considerem as incivildades uma modalidade de violência, sendo associadas à agressividade ou a padrões de comportamento contrários às normas de convivência e respeito para com o outro, existe um consenso sobre a necessidade de se prestar atenção à ocorrência de atos de incivildades no ambiente escolar, pois elas podem tornar o ambiente hostil (DÚPAQUIER *apud* ABRAMOVAY, 2002, p. 24).

No intuito de contribuir de alguma forma para melhor situar essa questão e analisar a percepção das pessoas que interagem no ambiente escolar sobre o papel de cada um na construção de um ambiente mais pacífico e conciliador, procurou-se na entrevista semiestruturada levantar dados e informações sobre as percepções dessas pessoas acerca dos papéis e compromissos de cada na construção desses objetivos, bem como suas ideias sobre como é possível mediar conflitos no ambiente escolar.

3.1.1 Justificativa da intervenção

A proposta interventiva não se propõe a mudar todo o cenário da localidade, mas de traçar um diagnóstico sobre esse problema e fazer chegar a uma parte dela, noções e saberes sobre os direitos da criança e do adolescente, bem como os deveres de cada cidadão.

Outra questão relevante nessa PI é a discussão acerca das violências presenciadas e vividas pelos membros da comunidade escolar e do próprio povoado; levando em consideração que não é somente a violência física, mas sim a presença de *bullying*², violência verbal, violência psicológica, perseguição e negligência.

Embora os fatores externos tenham impacto e influência sobre a violência escolar, é preciso tomar cuidado com o fato de que, dentro da própria escola, existem possibilidades de lidar com as diferentes modalidades de violência e de construir culturas alternativas pela paz, adotando estratégias e capital da própria escola (ABRAMOVAY, 2002, p. 25)

A partir do momento em que há qualquer um desses tipos de violência, os direitos dos indivíduos são violados, sendo a escola um dos principais espaços da rede de proteção integral à criança e ao adolescente, a intervenção tem o propósito de também instigar os educadores quanto à importância de sua participação nesse processo de defesa da criança e do adolescente.

Outra questão importante que permeia essa proposta interventiva é detectar problemas relacionados à vulnerabilidade dos sujeitos que necessitam de amparo legal e articulação da rede, na tentativa de promover um ambiente salutar.

Assim, a intervenção está pautada em uma proposta simples, em que os membros da comunidade possam realmente situar-se na realidade em que estão inseridos, de modo a sentirem-se sensibilizados sobre o dramático problema da violência no ambiente escolar e corresponsáveis na solução a ser encontrada.

3.1.2 Objetivos

Nesse sentido, o objetivo geral da proposta interventiva é fazer com que alunos, pais e professores possam ter uma percepção mais clara sobre o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como discutir os deveres que cada cidadão tem para com o outro e com a sociedade em geral, e compreender onde começam e terminam os direitos e os deveres de cada um.

² O bullying é um termo ainda pouco conhecido do grande público. De origem inglesa e sem tradução ainda no Brasil, é utilizado para qualificar comportamentos agressivos no âmbito escolar, praticados tanto por meninos quanto por meninas. Os atos de violência (física ou não) ocorrem de forma intencional e repetitiva contra um ou mais alunos que se encontram impossibilitados de fazer frente às agressões sofridas. Tais comportamentos não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Em última instância, significa dizer que, de forma “natural”, os mais fortes utilizam os mais frágeis como meros objetos de diversão, prazer e poder, com o intuito de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas (In: <http://www.cesad.ufs.br>).

A partir do objetivo geral, surgem outras especificidades, dentre elas, aprofundar o conhecimento acerca da violação de direitos da criança e do adolescente por meio de atividades de vivências, sensibilizar a escola e a comunidade quanto à importância de preservar a integridade física, psíquica e moral dessas crianças e adolescentes.

O que se espera é que as vivências e práticas realmente possam contribuir de alguma forma para a formação dos sujeitos e para a construção de uma sociedade melhor, pautada no respeito ao próximo e na condição humana do sujeito.

3.2. Plano de ação

O Projeto Interventivo fez a opção por uma pesquisa qualitativa, uma vez que fora levado em consideração a análise do discurso dos sujeitos envolvidos no processo, a partir do questionário aplicado como ferramenta de coleta de dados para posterior análise e avaliação.

Para a efetivação da proposta interventiva, *a priori*, foi utilizado como referência um instrumento diagnóstico fornecido pela coordenação do curso (Direitos Infanto-Juvenis em ambiente escolar “Escola que Protege”), disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

A intervenção, portanto, foi elaborada de modo a seguir algumas etapas que foram distribuídas em dias combinados com as pessoas envolvidas. No quadro abaixo se tem um detalhamento de como foram efetivadas as ações:

Quadro 6 - Cronograma

Ações	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Set/2015	Out/2015
Leitura bibliográfica	X	X			
Construção/elaboração do plano de intervenção		X	X		
Observação		X			
Vivências e práticas			X	X	
Questionário				X	
Relatório/conversa				X	
Análise dos resultados				X	
Monitoramento e ações de melhorias contínuas				X	X

Para a construção da intervenção foram necessárias leituras prévias sobre a temática abordada; essa etapa exigiu demanda de tempo e estudos, para que cada ação fosse pensada de modo bem fundamentado, detalhado e específico para a realidade.

Após essa etapa, foi feita uma observação; fora analisado o dia-a-dia da rotina escolar, do comportamento dos alunos, da intervenção dos docentes no processo de mediação de conflito, da participação dos pais na vida escolar de seus filhos, a função do corpo diretivo da escola e, a partir da observação foi lançada a proposta para pais, professores e alunos, informando os objetivos e as ações.

Todos conscientes de suas responsabilidades e papéis a serem desempenhados; foram combinados os dias de vivência de cada um. Os envolvidos nessa fase da ação foram 04 (quatro) alunos de turmas diferentes; 02 (dois) pais de alunos e 02 (professores); esses sujeitos assumiram os papéis uns dos outros, numa perspectiva de vivenciar novas experiências.

As vivências e práticas ocorreram da seguinte forma: alunos vivenciaram a função do professor; professor experimentou a situação do aluno e pais vivenciaram o dia-a-dia dos professores. Dessa forma os atores aproximaram-se dos papéis desempenhados por cada um com o intuito de alcançar uma maior sensibilização dos mesmos.

3.2.1 Vivências e práticas

As vivências e práticas dos atores envolvidos nesse processo teve duração de uma semana, nesse período cada um reagiu de forma diferenciada diante de suas funções e de situações do cotidiano que necessitava de mediação de conflitos. A necessidade de planejamento por parte do professor, do aluno e de pais também permearam as práticas.

Após essa fase, as pessoas são chamadas a responderem um roteiro de entrevista, com o intuito de verificar quais aspectos foram mais relevantes, identificando as dificuldades em cumprir deveres e de terem os seus direitos garantidos.

Como meio de obter uma apropriação melhor das experiências vividas pelos membros participantes da PI (Proposta Interventiva), eles foram convidados a relatarem de maneira informal sobre o que vivenciaram durante esses dias e o que pôde ser extraído de positivo para a vida de cada um. Através dos relatos, os envolvidos, de forma espontânea, falaram tudo o que sentiram; uma vez que formalmente eles se intimidam pela formalidade que uma entrevista padronizada representa.

3.2.2 Análise dos resultados

3.2.2.1 Os alunos

Os alunos que participaram, foram selecionados de maneira aleatória para contribuir com a proposta interventiva, e após essa vivência, como forma de avaliar os resultados foi aplicado um roteiro de entrevista semiestruturado como ferramenta de levantamento de dados para análise.

Com relação ao primeiro questionamento, que se refere a ter direitos infringidos na vivência, todos acenaram positivamente, mencionando a falta de respeito consigo e com os outros, e também o direito de falar o que pensa na condição de professor.

Diante da fala dos alunos, percebe-se que há uma falta de maturidade para compreender o outro e respeitar o espaço do outro. Simulando assumir a postura de professores, eles revelaram insegurança, o que era esperado, para administrar os conflitos que surgiram no decorrer das aulas, e é a partir dessa situação que fica perceptível que “O educador precisa estar munido de aportes teóricos e metodológicos que revelem uma postura mais reflexiva e permitam auxiliar os estudantes a melhor compreender a dinâmica da vida” (DAMASCENA; PASSOS, S/D, p. 16).

Quanto ao papel individual e os deveres para promover na escola um ambiente mais pacífico e conciliador, todos os alunos mencionaram que precisam se comportar mais e também disseram que precisavam respeitar o outro e os professores. Com as respostas dadas, nota-se que eles são capazes de se auto avaliarem e, compreenderem que precisam melhorar a postura em sala de aula e na escola.

Quando perguntado sobre as dificuldades para mediar conflitos, eles colocaram que são: controlar os “palavrões” dos alunos, impedir que os alunos destruam a escola e impedir de “brigar”. Observando as respostas, evidencia-se a postura que cada um tem mediante os comportamentos por eles considerados difíceis de controlar; isso, eles se colocando no papel de professor, no entanto, enquanto estão na condição de aluno, comportam-se de maneira semelhante ou da mesma forma.

Sobre a percepção a respeito dos direitos e deveres de cada um, todos acenaram afirmativamente, com a justificativa de que as pessoas sabem o que devem ou não fazer, o que podem ou não fazer para que se tenha um ambiente pacífico, tanto na escola como na sociedade. A partir da afirmação, pode-se notar que os alunos que participaram da proposta têm consciência sobre os limites entre direitos e deveres, além de entenderem que cada um

exerce um papel para manter o espaço de convivência em harmonia e em colaboração com a própria escola.

Algumas falas dos alunos podem representar bem essa afirmação: “*Senti vontade de punir severamente os alunos em algumas situações*” (A.I, aluno do 9º ano). No que se refere ao questionamento sobre se colocar no lugar do outro, alguns alunos responderam que se colocaram no lugar do outro, enquanto uns afirmaram o oposto.

“*Passar por essa experiência e sentir na pele como nós fazemos como o professor do jeito que nós a tratamos, com desprezo*” (L.G, aluna do 9º ano). A partir dessa resposta, foi possível observar que os alunos agem de maneira impulsiva, ou seja, movidos pelo calor da emoção (alunos agem dessa forma, bem como os professores também) isso comparando com as respostas anteriores, pois eles compreendem nitidamente os limites entre direitos e deveres, no entanto, falta o comprometimento mediante as situações cotidianas, que exijam o respeito aos direitos de cada um.

Comparando as respostas dadas na entrevista e os comportamentos por eles apresentados nas simulações de troca de papéis, esses alunos tiveram a oportunidade de ver e analisar ações dos outros e, principalmente de rever as suas ações. Assim, a troca também possibilita que esse aluno esteja envolvido em situações de conflitos, indisciplina, e agressões que surgem no decorrer das aulas.

Encontrando-se nesse meio, o aluno teve a percepção de como reagir diante dos fatos, e quais devem ser as atitudes para controlar e manter a ordem e a disciplina do ambiente de sala de aula sem denegrir a imagem dos outros e, principalmente, assegurar o respeito à dignidade humana.

Observando as reações em sala de aula no período interventivo, pôde-se perceber o quanto é difícil para o aluno assumir tamanha responsabilidade. No processo de troca de papéis, o discente a todo o momento olha para o professor, como se pedisse auxílio, ou seja, busca obter um conselho de qual atitude deve ser tomada para a situação se normalizar em sala de aula. Ou seja, mediante os conflitos e situações de indisciplina, já se percebe o quão difícil é se colocar no lugar do outro.

Depois desse momento de vivências e práticas, foi surpreendente o posicionamento de uma aluna, ao fazer um texto e dar a professora, em que nele continha traços de autocrítica, ou seja, ela fez uma revisão de sua conduta. Eis o texto:

Ser professor é muito ruim, enfrenta muitos desafios porque os alunos não querem nada com a vida, eles falam muitas besteiras, palavrões, coisas que os alunos não podem nem falar e nem fazer, e eles falam palavrões como se fosse uma

coisa natural, que todo mundo fala e, isso é muito ruim, porque os professores querendo ensinar um conteúdo para eles aprenderem e eles acham uma besteira.

Hoje na sala de aula cada um dos alunos me tratou muito ruim, sem educação. J.A., ela gosta de usar muito celular na sala e, isso não é bom, ela fala muitos palavrões e acha bonito e, ela fala muita besteira, responde os professores e os próprios colegas. S.F. falou muita besteira comigo, usou celular e me respondeu, enquanto professora eu falei do relatório que eu ia fazer sobre ele, aí ele falou que se eu fizesse ele arrebatava a minha cara e, ele falou que não ia deixar nenhum dente na minha boca. E.B., um aluno muito rebelde que gosta de responder as pessoas e que vai aprender muito com a vida, querendo ou não, ele está muito chato.

Hoje eu aprendi o que é ser professora. Professora me desculpe se eu falei alguma coisa com a senhora. Eu não sabia que era tão horrível assim. Me desculpa! (B.A.S, aluna do 8º ano)

O texto acima deixa clara a hostilidade por parte de alguns, bem como o desrespeito que paira entre colegas de classe. Esse recorte de fala demonstra a indisciplina e o desrespeito que é vivenciado no cotidiano do ambiente escolar.

A partir do que fora dito pelos alunos em entrevista, comparando com a fala acima transcrita, ficou revelado que a proposta interventiva proporcionou reflexões individuais e, que essas reflexões levaram a mudanças significativas de comportamento, principalmente no que se refere à noção de alteridade³.

3.2.2.2 Os professores

Os professores que participaram das vivências e práticas trazem uma experiência de vida diferenciada da comunidade em que foi realizado o trabalho. Por essa razão, as respostas dadas pelos professores são embasadas num referencial consistente, por serem pessoas com um grau de conhecimento relevante. Mas mesmo assim, essa experiência de troca de papéis os fez repensar suas ações docentes.

Ao analisar a entrevista, o primeiro questionamento do roteiro aplicado aos professores aborda a violação de direitos. Os professores perceberam que algo importante está em desacordo com o que afirma a Constituição Federal de 1988, no que se refere à qualidade de ensino, ou seja, eles alegaram que os espaços designados para as aulas e demais práticas educativas não são apropriados, além dos recursos materiais serem escassos.

³ É a corporeidade concreta, excluída e vitimizada pelo status quo. É o outro que resiste a ser reduzido ao mesmo (do sistema). Como alteridade, na negatividade da situação em que se encontra, revela-se novidade. A vida humana de cada pessoa, de cada sujeito, ser ético - inclusive das vítimas - , é a realidade fundante do agir. A realidade (ou inviabilização do real) da vida humana é condição universal de possibilidade do agir. O agir implica, portanto providenciar condições de realização (produção e reprodução) da vida humana de todos os humanos (CARBONARI 2007 apud in SOUZA, S/D, p. 81).

Quanto ao seu papel do professor para promover um ambiente escolar mais pacífico e conciliador, o docente afirmou que para a promoção desse espaço faz-se necessário respeitar o espaço do outro e o outro.

Mediação de conflitos é a temática abordada na terceira questão e, as principais dificuldades relacionadas a ela na condição de aluno vivenciada pelo professor, relatam que: *“é muito difícil se controlar mediante tantas agressões verbais, os insultos são constantes”* (M.I.M, professora do 6º ao 9º ano), por isso os alunos não se contém diante das ofensas, e os conflitos são parte da rotina de sala de aula.

A quarta questão aborda a interação no ambiente escolar entre pais, alunos, professores, coordenadores, levantando o questionamento se eles têm percepção clara sobre seus deveres e compromissos com a construção de um ambiente pacífico e cooperativo na escola. As respostas foram positivas, ou seja, os professores, de igual forma aos alunos acenaram positivamente e esse resultado deve-se ao fato de que todos têm essa consciência. Assim, a fala da professora diz que: *“Têm. No entanto a prática já não condiz com a ideia, com a noção do que se pensa, do que imagina que é correto”* (M.I.M, professora do 6º ao 9º ano).

O que os professores disseram no roteiro de entrevista demonstrou que mesmo simulando a inversão de papéis, eles não conseguem se desvencilhar de sua função. Isso se deve principalmente porque eles puderam ver os seus alunos agredindo os colegas que estavam na condição de professores, então, é possível afirmar que não se tem um ambiente apropriado para a realização de seus trabalhos, além de se sentirem vitimados por esses adolescentes que têm base familiar desestruturada; pois sendo o ambiente familiar um local de violência, os alunos trazem esses comportamentos para serem descarregados na sala de aula entre colegas e professores.

Desse modo,

A percepção da violência no meio escolar muda de acordo com o olhar pelo qual esse meio é abordado. No passado, as análises recaíam sobre a violência do sistema escolar, especialmente por parte dos professores contra os alunos (punições e castigos corporais). Na literatura contemporânea, sociólogos, antropólogos, psicólogos e outros especialistas privilegiam a análise da violência praticada entre alunos ou de alunos contra a propriedade (vandalismo, por exemplo) e, em menor proporção, de alunos contra professores e de professores contra alunos (ABRAMOVAY, 2002, p. 21).

Observando as falas dos entrevistados (professor e aluno) e traçando um comparativo desses discursos, levando em consideração o texto acima apresentado da aluna B.A.S (aluna

do 8º ano), tem-se uma confirmação da existência de violências no espaço escolar, entre os colegas e de alunos para com professores.

Conseqüentemente, esses relatos demonstram a realidade que assola o ambiente escolar; a violação dos direitos acontece mediante uma série de causas, que não podem ter unilateralidade de olhar. Principalmente, sendo o professor um agente ou ator legítimo da rede de proteção à criança e ao adolescente, pois todas as informações e vivências (positivas ou negativas) passam pelo olhar do professor, e é ele o responsável por fazer valer os direitos desses adolescentes em sala de aula.

3.2.2.3 Os pais

Por serem pessoas humildes, com pouco esclarecimento e com pouca escolaridade, os pais que participaram da intervenção, durante as experiências em sala de aula, necessitaram do auxílio do professor para cumprirem as tarefas.

Em relato informal, de um dos professores da escola, afirmou que um pai participante da proposta interventiva, utilizou durante a prática o uso excessivo de termos inadequados no tratamento ao adolescente, comportando-se de maneira rude e utilizando-se apenas de palavras de ordem para tentar manter o controle da classe.

Uma hipótese para justificar tal comportamento é que a para os pais a escola pode ser um espaço de disciplina e respeito, um lugar onde o professor é uma “autoridade”, ou seja, ele é a pessoa responsável por tornar a sala de aula um local salutar.

Por não terem nível escolar, eles se negaram a responder o roteiro de entrevista, alegando que não conseguiam entender sobre o que se tratava a garantia de direitos da criança e do adolescente.

Com a experiência dos pais na prática interventiva, é possível perceber a relação que há entre o comportamento dos filhos dentro da sala de aula mediante as ações dos pais. Os filhos reproduzem em sala de aula e na escola o que eles vivenciam em casa.

Portanto, nesse panorama é observada a violação de direitos, pois os pais não reconhecem os seus filhos como sujeito integral e, que esses sujeitos têm direitos garantidos pela Constituição Federal, que principalmente é preciso respeitar os direitos humanos, oferecendo a eles um ambiente saudável, livre de riscos e que também não os deixe à mercê da vulnerabilidade social.

3.3 Monitoramento e ações de melhorias contínuas

Como toda prática interventiva aborda temáticas voltadas para problemas de uma dada situação, não seria eficaz que projetos e estudos sejam efetivados somente no período de elaboração/construção/intervenção, mas que após a realização desse trabalho, ações de melhorias devam ser realizadas de maneira periódica.

Diante dos resultados obtidos nas entrevistas dos pais, alunos e professores, na escola Ruy Trindade, e das observações decorrentes das vivências, foi pensado uma forma didática de transformar e sensibilizar a comunidade local, visto que os relatos foram produtivos e instigaram uma busca por uma melhor qualidade da convivência.

Levando em consideração que o trabalho abordara tema como direitos e deveres, direitos humanos, educação, sistema de garantias de direitos, rede de proteção, ECA, e demais órgão da sociedade civil responsável pela garantia de direitos da criança e do adolescente, foram pensadas algumas formas de monitorar o projeto com vistas a alcançar resultados positivos nesse campo.

Esse monitoramento seria possível por meio de algumas ações previstas de acordo com a necessidade da escola e da comunidade, como: palestras periódicas (padres, pastores, representante do ministério público, CRAS, Conselho Tutelar, escola, etc.); estudos de casos; realização de peças teatrais pelos próprios alunos; elaboração de material didático como cartazes divulgando práticas de gentileza e cordialidade; criação de jornal escolar que aborde a temática, construído pelos próprios estudantes.

A necessidade de ampliar o conhecimento local no tocante ao convívio social e comunitário faz-se necessária, pois a realidade da comunidade não tem como prioridade a garantia de direitos dos sujeitos, quer seja criança e adolescente quer seja o cidadão comum.

A proposta foi lançada e bem aceita pela comunidade escolar, dessa forma leva-se consideração que a princípio a primeira abordagem interventiva já mobilizou e sensibilizou alguns dos membros envolvidos a perceberem a necessidade de mudança, mudanças essas de natureza comportamental. Uma mudança necessária para melhoria do convívio social da comunidade e, também para garantir que direitos de crianças e adolescentes sejam respeitados e passem a ser vistos como sujeitos de direitos.

A partir da proposta interventiva e das ações de monitoramento para a melhoria das relações nos espaços de convívio social da comunidade Quixaba, espera-se que todos sejam sensibilizados quanto à necessidade de proteger crianças e adolescentes, da mesma forma que

por meio dessas ações elas possam exercer cidadania de maneira consciente, sabendo da importância de seu papel na sociedade e, principalmente no meio em que está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da identidade do sujeito reflete diretamente no seu comportamento e o meio também exerce influência sobre essa formação. E isso pode ser verificado na comunidade Quixaba, Paripiranga-BA, uma vez que questões sociais, econômicas, culturais são refletidos nas ações das crianças e dos adolescentes.

Em virtude desse contexto, as crianças e adolescentes não possuem uma perspectiva de futuro promissor, eles só percebem a realidade que o cerca, o olhar dessas pessoas volta-se tão somente para os limites da comunidade, não há sonhos, se não há sonhos, também não há planejamento de futuro, de desenvolvimento, de construção de conhecimento, de ascender pessoal e profissionalmente.

Pensar em perspectivas de futuro pressupõe garantir a esses cidadãos condições condignas. Condições essas que são asseguradas pelas leis que regem a sociedade, através da Constituição Federal, perpassando pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), no qual atinge esta última, de modo específico o público alvo deste projeto de intervenção.

Partindo desses pressupostos, a PI (Proposta Interventiva) mostrou-se relevante, pois contribuiu diretamente no comportamento das pessoas envolvidas com a causa da educação, ou seja, professores, pais diretores, coordenadores e também teve a perspectiva de sensibilizar as pessoas da comunidade escolar no que diz respeito à garantia de direitos dos alunos, ou seja, das crianças e dos adolescentes.

É importante destacar que os direitos sempre estão atrelados a deveres que podem ser compartilhados ou ser de responsabilidade do Estado ou de pessoas em particular. Considerando que crianças são pessoas que dependem de outras pessoas para que seus direitos sejam efetivados, os responsáveis por isso são: a família, a escola e a comunidade; além do Estado. Assim, eles tem o dever de garantir que crianças e adolescentes recebam uma educação de qualidade, bem como moradia digna, saúde, segurança, cultura e lazer.

A escolha dessa temática foi pensada para contribuir com o crescimento individual e coletivo dos diversos membros da comunidade e, em especial de suas crianças e adolescentes, uma vez que a comunidade escolhida é carente dos mais variados tipos de recursos e, essa realidade contribui para uma situação de vulnerabilidade social e risco familiar, bem como ignorando os direitos fundamentais do cidadão.

A partir das vivências, pôde-se observar que há uma dificuldade de compreender os direitos de cada um, bem como o de cumprir os seus papéis, ou seja, de cumprir com os deveres. Foi essa lógica que norteou esse trabalho, uma vez que compreender direitos é mais

fácil, embora direito não esteja dissociado da ideia de dever; e esse dever para ser executado necessita de um sujeito que exerça a ação.

Através da análise dos resultados foi verificado que alunos, professores e pais abraçaram a proposta de se colocar no lugar do outro, desempenhando um papel fundamental para a compreensão dos direitos dos cidadãos, principalmente das crianças e adolescentes.

Para alguns alunos, essa troca geradora de empatia, com o objetivo de sensibilizar ganhou a forma de conscientização, isso pôde ser observado na fala e na mudança de comportamento de cada um no cotidiano escolar.

Já para os professores, a troca representou uma mudança de atitude mediante os conflitos e situações em sala de aula, ou seja, o professor antes de tomar qualquer decisão reflete sobre a condição de cada um enquanto indivíduo, com suas particularidades.

Para os pais, essa troca representou conhecimento sobre a condição, não só de aluno, mas também sobre a condição de ser professor, ou seja, o seu campo de abrangência perpassou sobre a deiscência e a docência. Assim, isso alterou o modo de perceber as situações, tornando-o uma pessoa mais reflexiva sobre as decisões a serem tomadas no que concerne à vida escolar de seus filhos.

Em decorrência da intervenção, ficou evidenciado que as vivências e práticas podem contribuir para que as pessoas compreendam o sistema de garantia de direitos e de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos.

Além disso, algo significativo aconteceu, pequenas mudanças individuais, puderam ser observadas no roteiro de entrevista, e também, situações que surgiram de maneira inesperada, ou seja, manifestação de desejo de mudança.

Através da observação dos aspectos analisados, e da realidade em que se encontram as pessoas da comunidade Quixaba, é possível perceber que se pode mudar a realidade por meio de ações simples, contribuindo para que haja uma reflexão sobre as atitudes individuais e coletivas, no que concerne ao convívio harmonioso, deixando em evidência a importância de respeitar o outro na perspectiva dos direitos de todos e de cada um em particular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam *et alii*. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos; n. 67).

BRASIL. [**Estatuto da criança e do adolescente (1990)**]. Estatuto da criança e do adolescente [recurso eletrônico]: 25 anos: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – Ed. comemorativa. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série obras comemorativas. Homenagem; n. 12)

Conselho Escolar e a educação do campo / elaboração Regina Vinhaes Gracindo.[et. al.]. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.91 p. : il. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares ; 9).

DAMASCENA A. A.; PASSOS, G. P da R. **A formação docente e os Direitos Humanos..** Mod. III, Curso: Direitos Infante-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege). Universidade Federal de Sergipe. Centro de Educação Superior a Distância. Programa Universidade Aberta do Brasil. S/D.

Escola e realidade local: uma pedagogia diferenciada/Projeto Político Pedagógico. Escola Municipal Ruy Trindade. Paripiranga- Ba, 2010.

Fora da escola não pode!: o desafio da exclusão escolar. – 1. ed. – Brasília, DF: UNICEF, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2013

LEOPOLDO, D. L. F. A.; ALVES, R. C. J. **Atores, papéis e atribuições na Rede de Proteção Integral e no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do(a) Adolescente no Brasil..** Mod. V, Curso: Direitos Infante-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege). Universidade Federal de Sergipe. Centro de Educação Superior a Distância. Programa Universidade Aberta do Brasil. S/D.

----- **Marco Legal e Institucional da Proteção da Criança e do Adolescente**: princípios informadores e eixos estruturantes.. Mod. IV, Curso: Direitos Infante-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege). Universidade Federal de Sergipe. Centro de Educação Superior a Distância. Programa Universidade Aberta do Brasil. S/D.

MONTE, Paulo Aguiar do. **Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: Consequências e Reflexões.** Rev. Economia, Brasília (DF), v.9, n.3, p. 625-650, set/dez 2008.

SOUZA, Marcos Santana de. **Direitos Humanos e Currículo: Ética, Etnocentrismo e Direitos Humanos.** Curso de Extensão Educação em Direitos Humanos. Universidade Federal de Sergipe. Pró-reitoria de Extensão. Centro de Educação Superior à Distância. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. S/D.

The Universal Declaration of Human Rights [*tradução*: a declaração universal dos direitos humanos]. Disponível: www.un.org. Acesso: 25/08/2015, às 23h32min.

FOTOS





ANEXO I
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
 Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar
 (Escola que Protege)



ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAL DA REDE DE PROTEÇÃO

I – IDENTIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Idade: • Sexo: • Curso de formação em nível superior: • Ano de formação: • Universidade de formação: • Nível de formação? Graduação, Especialização, Mestrado...
II – FORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Por que escolheu essa profissão? • Você teve outras opções? • Em algum momento pensou em trabalhar com crianças e adolescentes? Como?
III – ATUAÇÃO PROFISSIONAL
<ul style="list-style-type: none"> • Como foi o início da carreira, quais foram as principais dificuldades/surpresas? • Para a sua atuação profissional, o que a graduação não o ensinou? • Sobre o envolvimento de criança e adolescentes em seu trabalho, quais as principais demandas/ocorrências? • Sobre a questão da violência sofrida por crianças e adolescentes, qual/quais tipo/tipos são frequentemente vivenciados/denunciados/constatado? • Quais os procedimentos utilizados para os registros de casos de violência desde o momento da denúncia? • E, como quais os encaminhamentos adotados para a resolução dos casos de violência (acompanhamento, denúncias)? • Qual o seu papel enquanto proteção, garantia e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes? • Como você define seus objetivos profissionais frente às questões impostas? • Quais os instrumentos mais utilizados na intervenção das questões referentes às crianças e adolescentes? • Como você identifica os resultados de seu trabalho neste campo de atuação? • Como você sistematiza os dados e informações da realidade na qual você atua? • Qual a contribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA na intervenção das questões relacionadas às crianças e adolescentes?
IV – PERSPECTIVAS E PROJETOS
<ul style="list-style-type: none"> • Você desenvolve ou desenvolveu algum projeto que envolva crianças e adolescentes? Sobre qual temática? Como é ou foi o desenvolvimento desta atividade? • Sobre as questões que envolvem crianças e adolescentes, quais suas perspectivas, reflexões e idealizações?



ANEXO II
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
 Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar
 (Escola que Protege)



ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

I – A ESCOLA
<p>Localização (cidade, centro, interior, povoado); Estrutura (reformada ou não, quantas salas de aula, espaços para recreação); Níveis de Ensino ofertados e os turnos Quantidade de alunos Quantidade de professores (quadro completo ou falta de professor?);</p>
II – CONTEXTO ESCOLAR
<p>Relação professor-aluno (como se comportam, como interagem, conversam, brigam, gritam?); Relação aluno e diretoria/secretaria/equipe pedagógica (como se relacionam?); Iteração entre os alunos na escola (durante as aulas e durante o(s) intervalo(s)); Merenda escolar (a escola oferece, o que?, como? em que turnos?); Biblioteca (Possui? É utilizada? Aberta? Fechada?); Sala de vídeo (ou multimídia) (Possui? Como é utilização?); Grêmios escolares (Possui? Existe sala para o grêmio? É atuante?).</p>
III – ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA
<p>Organização e utilização do espaço escolar; Utilização de textos e livros didáticos (Possui livro didático para todos os alunos em todas as disciplinas?); Realização de projetos (Desenvolve projetos? Quais? Todos os anos?); PPP (Existe? É utilizado? Está atualizado? Os professores têm conhecimento?); Currículo Escolar (Existe? Está atualizado? Os professores ajudaram a construir? Os professores têm conhecimento?); Regimento Escolar (Existe? Está atualizado? Os professores ajudaram a construir? Os professores têm conhecimento?); Conselho escolar (Existe? É atuante? Quem participa? Como funciona?); Como é elaborado o Calendário Escolar? Como é organizado o HTPC(Horário de Trabalho Pedagógico) e Reuniões Pedagógicas? Como são elaborados os Planos de Ensino? Existem projetos interdisciplinares? Quais são os procedimentos pertinentes à avaliação e à recuperação de alunos? Quais são os assuntos abordados nas reuniões de pais? Há estratégias para garantir as informações sobre aprendizagem dos alunos?</p>
<p>Observações:</p>

ANEXO III
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
 CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA
 REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
 ESCOLA QUE PROTEGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a). para participar do Plano de Intervenção “**VIVÊNCIAS E PRÁTICAS: conhecendo e difundindo os sistemas de garantia de direitos através de práticas e experiência vivenciadas por pais, professores e alunos**, que será realizado na “ Escola Municipal Ruy Trindade, Paripiranga-Ba. Trabalho vinculado “Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Centro de Educação Superior à Distância CESAD e pretende levantar dados sobre o Sistema de Garantias de Direitos. O pesquisador(as) responsável(eis) pelo projeto Adriana Vidal dos Santos e Maria Aparecida Vidal Santos, sob orientação do Prof. Msc. Robson Cosme de Jesus Alves e Coorientadora Profa. Dra. Denise Leal Fontes Albano, pede autorização para realizar uma Entrevista com dados relevantes sobre esse assunto.

Se o(a) Sr(a) concordar em participar desse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema educacional na cidade de Paripiranga-BA, como na Rede Municipal de Educação.

Se depois de participar da entrevista, o Sr(a) não quiser que seus dados sejam utilizados, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem qualquer prejuízo. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá qualquer vantagem ou remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada à presente pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) pelo telefone _____ ou pelo e-mail: _____.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e por que precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Assim, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que terei minha identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

 (Assinatura d(a) participante)

_____, ____/____/____
 cidade, data

 (Pesquisador/a)

 (Pesquisador/a)

ANEXO IV
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
 CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA
 REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
 ESCOLA QUE PROTEGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro responsável o representante legal, gostaríamos de obter os seu consentimento para a participação voluntária da pesquisa do menor _____

. Trata-se do Plano de Intervenção Educacional “**VIVÊNCIAS E PRÁTICAS: conhecendo e difundindo os sistemas de garantia de direitos através de práticas e experiência vivenciadas por pais, professores e alunos**”, que será realizado na Escola Municipal Ruy Trindade, vinculado a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Centro de Educação Superior à Distância CESAD. Pretende-se levantar dados sobre Sistema de Garantias de Direitos O pesquisador responsável pelo projeto Adriana Vidal dos Santos e Maria Aparecida Vidal Santos, sob orientação da Prof. Msc. Robson Cosme de Jesus Alves e Coorientadora Profa. Dra. Denise Leal Fontes Albano, pede autorização para realizar uma Entrevista com dados relevantes sobre esse assunto.

O nome do(a) aluno(a) não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante os seu anonimato, a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar o(a) voluntário (a). Não será cobrado nada, também não haverá taxas, nem indenizações ou ressarcimentos, bem como haverá qualquer vantagem ou remuneração. Se o(a) Sr(a) concordar em conceder esse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema educacional na cidade de Paripiranga-BA, como na Rede Municipal de Educação.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, sem identificação, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada à presente pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) pelo telefone _____ ou pelo e-mail: _____.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, portador do RG nº _____

fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e os objetivos da pesquisa, bem como a forma de participação do(a) menor _____.

Eu li e compreendi esse termo de consentimento, portanto concordo em dar o meu consentimento na participação do(a) menor como voluntário (a) na pesquisa, sem dúvidas, sabendo que não vamos ganhar nada e que teremos a nossa identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

 (Assinatura d(a) participante)

_____, ____/____/____
 cidade, data

 (Pesquisador/a)

 (Pesquisador/a)

APÊNDICE I



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

Pós-graduandas: Adriana Vidal dos Santos e Maria Aparecida Vidal Santos

Nome do entrevistado:

Aluno ()

Professor ()

Pais ()

Data: ____/____/____

ENTREVISTA

1) Em algum momento você percebeu que algum direito seu foi infringido?

() SIM () NÃO

SE sim, qual (is)? _____

2) Em poucas palavras, como definiria seu papel ou seus deveres para promover na escola um ambiente mais pacífico e conciliador?

3) Quais as principais dificuldades que você aponta para mediar conflitos?

4) Você considera que todas as pessoas que interagem no ambiente escolar (pais, alunos, professores, coordenadores) têm uma percepção clara sobre seus deveres e compromissos com a construção de um ambiente pacífico e cooperativo na escola? Por quê?

5) Quais momentos ou situações no ambiente escolar são mais difíceis de conciliar direitos e deveres?

6) Você em algum momento se colocou no lugar do outro para tomar as suas decisões?

() SIM. Quando? _____

() NÃO. Por quê? _____